

Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: (C) (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



POLÍTICA OPERÁRIA

Nº 22/2024 | APEOESP | 14 de junho

Tarcísio e Ratinho Júnior impõem a privatização das escolas públicas

Poucos dias após a aprovação da privatização de escolas públicas no Paraná, o governador Tarcísio de Freitas publicou em Diário Oficial, no dia 11 de junho, a autorização de licitação para privatizar 33 escolas estaduais. Há algum tempo, Tarcísio havia anunciado sua pretensão de iniciar a privatização. No entanto, esperou o governador do Paraná conseguir o feito de aprovar para publicar o decreto permitindo que empresas privadas sejam responsáveis pela construção das escolas, bem como da administração. Explicitou que tais empresas farão a manutenção, serviços de limpeza, vigilância e alimentação.

O governo Doria (PSDB) já havia implementado a terceirização de parte dos serviços, que antes eram executados por funcionários públicos. Tarcísio, agora, vai além, substituindo as empresas terceirizadas pela entrega de escolas para serem totalmente gerenciadas por empresas privadas. Lembremos o percurso que foi feito por Ratinho: iniciou a privatização de escolas como projeto piloto em duas unidades para, finalmente, aprovar os "parceiros das escolas", que nada mais é do que a privatização.

O leilão das 33 escolas paulistas está previsto para novembro. Tais escolas servirão como projeto piloto, para logo mais fazer o que Ratinho acabou de decretar. A concessão tem um prazo estipulado de 25 anos. Essas 33 escolas serão implantadas em Campinas, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Suzano. É preciso assinalar que Tarcísio tem um plano de privatização geral, muito além da Sabesp, Metrô e CPTM. Nem as escolas públicas escaparam da política entreguista do governador.

Os bolsonaristas Ratinho e Tarcísio caminham juntos na desresponsabilização do Estado para com os serviços públicos. Implementaram as plataformas digitais para favorecer os negócios privados. Entregaram aos capitalistas as escolas públicas, para que possam lucrar às custas do Estado. Fortaleceram o projeto de Bolsonaro que criava as escolas cívico-militares. E mantêm os professores e funcionários em péssimas condições salariais, com menos direitos trabalhistas e sob intensa pressão de seus porta-vozes nas Diretorias de En-

sino. Ratinho rejeitou a reposição de 39% dos salários dos professores e Tarcísio faz o mesmo, negando a reposição de 35,2%. São governadores que levam a cabo a política da ultradireita no comando de dois estados extremamente importantes da federação. Não podemos esquecer também dos ataques dos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e de Minas Gerais, Romeu Zema, aos trabalhadores da educação, ambos também caixa de ressonância de Bolsonaro.

O problema está na política das direções sindicais. A disposição de luta foi demonstrada pelos professores do Paraná, que ocuparam a Assembleia Legislativa e se colocaram pela greve para enfrentar a ofensiva privatizante de Ratinho. Foi demonstrada pelos professores de São Paulo na assembleia que reuniu dez mil manifestantes. E vem sendo demonstrada também nas inúmeras paralisações de escolas em Minas Gerais e nos protestos no Rio de Janeiro. No entanto, as direções sindicais são incapazes de erguer um movimento unitário contra os planos dos governadores de destruição da escola pública, congelamento salarial, demissão de professores contratados e eliminação de direitos. São incapazes porque estão agarradas à política de conciliação de classes e à sustentação da governabilidade de Lula.

A Corrente Proletária (POR) vem atuando desde as escolas, combatendo a brutal ofensiva do governo e trabalhando para fortalecer essa oposição classista e de luta. Recentemente lançou um Manifesto contra a imposição das escolas-cívico militares em São Paulo e outro em apoio aos professores do Paraná, que enfrentaram bravamente a polícia do governador Ratinho. Tanto no Paraná, quanto em São Paulo, a Corrente Proletária tem feito uma luta pela efetivação contratados dos professores (temporários). A sua intervenção nas assembleias convocadas pela Apeoesp é no sentido da unidade dos trabalhadores da educação e na defesa da greve. Na defesa de um Dia Nacional de Luta, convocado pelas centrais, sindicatos e movimentos, com paralisações e bloqueios, por empregos, reposição salarial, direitos trabalhistas e contra as privatizações.

Todos à manifestação no dia 21 de junho, na **Avenida Paulista!**

Nas escolas, o descontentamento dos professores e funcionários é grande. Tarcísio segue firme com seu plano de implantação das escolas cívico-militares. privatização de escolas, imposição das plataformas digitais, expansão das PEIs, fechamento de salas de aulas, rejeição ao reajuste salarial, manutenção de milhares de professores na condição de subempregados (categoria 0), eliminacão de direitos e demissões. Nos últimos meses, tem utilizado a demissão ou exoneração de alguns professores que se opõem ao seu plano de destruição da escola pública, para servir de exemplo aos demais. Quer assim criar um contingente de trabalhadores da educação servis às suas medidas.

O fato de a direção da Apeoesp não organizar uma poderosa greve tem favorecido a ofensiva de Tarcísio. Já ocorreram várias paralisações. Uma parcela dos professores contratados se encontra receosa com essas paralisações, porque está com a espada de Dâmocles sobre suas cabeças, ameaçada de perder o contrato pelas faltas. A única forma de ganhar esse enorme número de professores aprovando a greve, porque envolve efetivos e contratados e permite impor ao governo a negociação dos dias parados.

A assembleia passada, que foi transformada em ato, referendou a proposta do Conselho de Representantes, onde a maioria apoia a política da diretoria da Apeoesp, de mobilização nos dias 20 e 21 de junho, com um ato dos servidores públicos na Paulista. A direção da Apeoesp não pretende convocar outra assembleia. Ao contrário, estará empenhada em eleger prefeitos e vereadores. Abandonará por mais de três meses a luta dos professores para correr atrás de votos. Mas usará demagogicamente as reivindicações e

as dores do magistério para alimentar ilusões de que por meio das eleições será possível enfrentar os governos de ultradireita, como Tarcísio, Nunes e outros prefeitos do interior do estado. Essa experiência só tem trazido derrotas para os trabalhadores.

A Corrente Proletária continuará com sua luta pela convocação de assembleias e pela aprovacão de uma greve unitária, envolvendo professores e funcionários, bem como os servidores públicos. Esse é o único caminho seguro para enfrentar a investida de Tarcísio, Nunes etc., que agem contra as escolas públicas. Somente derrotaremos os governos ultradireitistas, fascistizantes, com os métodos próprios dos trabalhadores, que são as greves, as manifestações de rua massivas, os bloqueios e as ocupações.

Escute o Massas,

podcast do Partido Operário Revolucionário



